

Gaspar Martins Pereira *

O Museu da Região do Douro

1. A actividade museológica em torno da cultura da vinha e do vinho tem conhecido, nas últimas décadas, um notável dinamismo, não apenas nos países do Sul da Europa onde essa cultura tem raízes históricas profundas, mas também nos países tradicionalmente consumidores, como a Inglaterra, e nos novos produtores do Novo Mundo.

A aposta na dimensão cultural da vitivinicultura e na salvaguarda, valorização, estudo e divulgação do seu património histórico deriva de um conjunto de factores, diferenciados ou convergentes, consoante as regiões. Em termos gerais, na Europa mediterrânica, a valorização do conceito de «terroir» como base das denominações de origem assume a relação intrínseca entre a produção vitivinícola e o território, articulando as condições naturais e o trabalho do homem. Neste sentido, a cultura da vinha e do vinho adquire especificidade, associando-se a técnicas, saberes, gostos, rituais e tempos, definindo paisagens culturais e ambientes humanos, relações económicas e sociabilidades. O carácter cíclico da cultura da vinha traduz-se, nas áreas de maior intensidade vinhateira, num envolvimento e dependência das comunidades de vicultores face ao produto. Por outro lado, as alterações técnicas que se têm processado, a um ritmo cada vez mais rápido, nas últimas décadas, a par das transformações demográficas e sociais, não menos rápidas, do mundo rural, implicam a substituição de utensílios, práticas e rituais tradicionais. Simultaneamente, verifica-se uma crescente sensibilidade face a essa memória em risco de perda, quer pelo que ela representa como valor de identidade dessas populações vinhateiras, quer pela sua capacidade de se transformar em valor de recurso, numa época em que se tem desenvolvido o enoturismo, particularmente nas regiões vitícolas históricas.

■ Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador do Grupo de Projecto do Museu da Região do Douro.

2. Não só pela qualidade reconhecida dos seus vinhos, mas ainda pela diversidade do seu património vitícola e pela superfície agrícola ocupada pela vinha, Portugal assume, no mapa vitícola mundial, uma posição de destaque. Basta recordar que, apesar da sua modesta superfície agrícola útil, Portugal tem, entre os países da União Europeia, a quarta maior superfície vitícola e, em termos relativos, destaca-se como o país com maior área dedicada à vinha (10% do total da superfície agrícola útil).

A diversidade do património vitícola português é, face à superfície do país, assinalável. Nada menos de 48 regiões de proveniência, 18 das quais com o estatuto de Denominação de Origem Controlada, oferecem uma grande variedade de vinhos. Alguns vinhos portugueses, nomeadamente os generosos, como os da Madeira ou do Porto, atingiram, desde há séculos, renome mundial.

Apesar da importância do património vitícola português, são relativamente escassas as experiências museológicas ligadas à vinha e ao vinho. Independentemente da quantidade e qualidade das peças que guardam, os museus ou núcleos museológicos portugueses relacionados com esta temática não dispõem ainda de programas consistentes. Um exemplo paradigmático é o Museu Nacional do Vinho, em Alcobaça. Criado em 1968, a sua ligação à Junta Nacional do Vinho e, depois, ao Instituto da Vinha e do Vinho, permite-lhe dispor de um enorme acervo de peças, muitas das quais de grande qualidade, mas não possui um discurso e um programa museológico representativos da vitivinicultura nacional. Situação idêntica caracteriza outros museus ou núcleos mais recentes, de cunho regional, como o Museu Rural e do Vinho do Cartaxo, o Museu de Vairão, da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, o núcleo museológico do Instituto do Vinho da Madeira, o Museu do Vinho de Ribeira Chã, em S. Miguel, e o Museu do Vinho dos Biscoitos. Nas regiões vitícolas mais importantes, diversas empresas têm preservado e musealizado espólios significativos, como a Madeira Wine Company, Esporão, José Maria da Fonseca, Quinta da Avelada, e outras.

3. Deixei de lado, intencionalmente, o caso da Região Demarcada do Douro, região de origem dos célebres vinhos do Porto. No panorama vitícola português e mundial, a região do Alto Douro constitui um património único, pela sua história, pela diversidade e qualidade reconhecida dos seus vinhos, por uma paisagem excepcional, resultante de uma actividade humana secular na criação e valorização económica da viticultura de encosta.

A antiguidade da viticultura na região produtora no Alto Douro, tornando-se, praticamente, em algumas áreas, desde o século XVI, uma monocultura, modelou uma paisagem singular e monumental nas encostas do rio Douro e dos seus afluentes – uma paisagem cultural que está em vias de ser classificada como

Património Mundial pela UNESCO –, gerou hábitos e saberes, definiu relações. As tradicionais funções de armazenamento e exportação desempenhadas pelo Porto/Gaia, perto da embocadura do rio Douro mantiveram relações ora de solidariedade ora de conflito entre o sector comercial e o sector vitícola. A aposta que, pelo menos desde o século XVIII, fizeram neste vinho os negociantes ingleses instalados no Porto definiu gostos e imagens, e sobretudo contribuiu para a forte internacionalização do produto. Por outro lado, o vinho do Porto constituiu, desde muito cedo, um sector de forte intervencionismo estatal, tornando-se, além disso, um elemento importante no plano diplomático (poderíamos referir, a título de exemplo, os tratados com a Inglaterra de 1703 e 1810, ou a abertura de relações diplomáticas luso-russas no último quartel de Setecentos).

4. Não é, assim, de estranhar a existência de um vastíssimo património histórico-cultural associado às actividades de produção, transporte, armazenamento, fiscalização e comércio dos vinhos do Douro, e em particular do vinho do Porto, em diversas épocas. Alfaias agrícolas, maquinaria, instrumentos de prova e de análise de vinhos, utensílios de adega e armazém, colecções de rótulos e cartazes publicitários, peças relacionadas com o consumo (cálices, decanters, garrafas, filtros, gargantilhas, etc.), ou ainda registos diversos da região produtora e da actividade vitivinícola, desde colecções de cartografia a acervos fotográficos, filmes, desenhos, gravuras e pinturas, além de importantes espólios arquivísticos das instituições reguladoras, de algumas quintas e de diversas empresas exportadoras.

É hoje pouco aceitável que a região do Douro, sendo a denominação de origem histórica mais antiga do mundo, no sentido moderno da designação (com a demarcação da área produtora, regulamentação da produção e do comércio, qualificação e certificação do produto), e comportando potencialidades excepcionais para o desenvolvimento do enoturismo, não disponha de infraestruturas culturais que preservem e divulguem a memória de uma actividade vitivinícola secular de relevância internacional e, simultaneamente, utilizem esse património como valor de recurso, a utilizar quer no reforço da auto-estima, da identidade e da cultura das populações que aí vivem, quer como instrumento de valorização das actividades associadas ao turismo cultural e ao enoturismo. Esta carência é tanto mais evidente quanto o vinho do Porto e a sua região produtora são hoje considerados um património, não apenas português, mas universal, pela especificidade, genuinidade e qualidade reconhecida desse vinho e pela monumentalidade da paisagem histórica constituída pelo vinhedo duriense.

5. A ideia de criar um Museu do Douro, com capacidade para salvaguardar, valorizar e divulgar o vasto património regional, em particular o que se relaciona com a actividade vitivinícola que melhor identifica historicamente a região, não é

nova. Já em 1936 (19 de Janeiro), o escritor João de Araújo Correia, na sua coluna «Sem Método», escrevia no *Jornal da Régua*: «Com este nome simples de Museu do Douro devia existir na Régua um estabelecimento de pura função cultural, uma casa onde se guardassem, com inteligência e carinho, curiosidades, livros raros, documentos históricos relativos ao país vinhateiro. [...] À entrada do vinhedo imenso que é o Douro, será o pórtico erguido em honra de hóspedes cultos». Em 1948, foi criado o *Museu Regional do Douro*, na Casa do Douro, na Régua, por proposta do Eng. Moreira da Fonseca. Chegou a ser nomeado para seu conservador o arqueólogo Fernando Russell Cortez (responsável pelas escavações arqueológicas da Fonte do Milho), mas o cargo foi suspenso logo em 1950 e o Museu morreu à nascença.

Mais tarde, em 1973, o Instituto do Vinho do Porto adquiriu um solar no Peso da Régua para aí instalar um Museu do Douro. A iniciativa não teve, porém, sequência e o próprio solar foi deixado ao abandono, perdendo-se grande parte do seu recheio e os belíssimos tectos do edifício.

Em 1982, em crónica publicada no jornal *Arrais* (4 de Fevereiro), João de Araújo Correia lastimava-se: «Perdi a esperança de ver inaugurar na Régua, capital do Douro, o Museu do Douro. À parte o desamor da região à cultura espiritual e o desapego de toda a gentes, neste país do vinho, a tudo quanto deixou de se usar, nem sequer a importância turística de especial relicário, onde se guardem alfaias de valor estimativo, decide o duriense a organizar o seu museu. [...] Se não houver quem acuda ao último carro de bois, à última dorna, ao último cesto e à última cesta, ao último tonel e à última selha, à última angoreta e ao último pipo, ao último ferro e à última pá, ao último lampião e à última candeia, ao derradeiro feixe de lagar, não haverá, dentro de poucos dias, objecto curioso que mostre a estrangeiros civilizados. Completo com este o artigo que publiquei inutilmente em 1936, pouco depois do princípio do mundo».

Numa época de centralização das estruturas culturais, o Estado não só dificultou a sua criação a nível regional, como desviou espólios para os principais centros urbanos, em particular para Lisboa. As poucas estruturas museológicas existentes na região surgiram, por isso, por iniciativa particular (como o Museu da Sociedade Clemente Menêres, em Romeu, Mirandela) ou municipal (destacando-se o Museu de Lamego, lançado em 1911, por iniciativa da edilidade que recuperou o projecto do bispo da diocese de criação de um Museu de Arte Sacra, que acabaria por assumir a categoria de Museu Regional pelo dec. 3074, de 5 de Abril de 1917, ficando sob tutela da entidade governamental competente; ou, ainda, o Museu de Vila Flor, criado em 1955-57, graças aos esforços de Raul de Sá Correia, então secretário da Câmara de Vila Flor). No entanto, nenhum destes museus, apesar da importância relativa dos respectivos espólios, reflecte a importância mundial da região do Douro como uma das mais célebres regiões vitícolas históricas.

Mais recentemente, correspondendo a uma nova sensibilidade cultural das entidades públicas e empresariais da região e do sector do vinho do Porto, em paralelo com o crescimento do enoturismo e do turismo cultural na região do Douro, surgiram diversos projectos e iniciativas (poderiam referir-se, como exemplos, o Museu da Quinta da Ervamoira, no vale do Côa, o Museu do Ferro, em Moncorvo, e outros pequenos núcleos museológicos, como o Museu dos Lagares, da Sandeman, em Vale de Mendiz, ou a Oficina Vinária da Quinta das Aveleiras, em Moncorvo, e outros núcleos museológicos de cariz familiar, como o da Quinta da Pacheca). Iniciativas congéneres têm sido desenvolvidas por empresas exportadoras, nos armazéns de Gaia, como a Sandeman, a A. A. Ferreira ou a Ramos-Pinto. Na maior parte dos casos, trata-se de museus de sítio, de iniciativa familiar ou empresarial, necessariamente parcelares, que podem e devem multiplicar-se, mas que não respondem às carências de que sofre a região no plano das infra-estruturas museológicas dotadas de recursos técnicos adequados, com capacidade não só de representação e interpretação regional mas também de assumir dinamismo e eficácia sócio-cultural numa região com enormes carências em estruturas culturais, apesar da sua importância mundial como região vitícola histórica e de constituir um espaço privilegiado de turismo cultural e enoturismo.

6. No sentido de colmatar essa lacuna, foram apresentados à Assembleia da República, em finais de 1996 e inícios de 1997, os Projectos de Lei *Criação de um Museu do Douro* (Projecto de Lei nº 249/VII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, em 10.12.1996) e *Criação do Museu da Região do Douro* (Projecto de Lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista Português à Assembleia da República, em 23.01.1997). A sua aprovação veio a dar origem à *Lei de Criação do Museu da Região do Douro*, aprovada por unanimidade pela Assembleia da República em 9 de Outubro de 1997, e publicada no *Diário da República* de 2 de Dezembro de 1997.

Apesar das dúvidas e problemas que suscitou (nomeadamente, quanto à designação, âmbito geográfico, modelo institucional de tutela e atribuições), resoluíveis, a meu ver, no respectivo diploma regulamentar, a Lei de Criação do Museu da Região do Douro irá dotar, a curto prazo, a região vinhateira de uma importante infraestrutura cultural. De resto, grande parte das dúvidas suscitadas inicialmente parecem estar hoje ultrapassadas, tendo sido já dados alguns passos decisivos para a concretização do estabelecido na Lei.

O modelo previsto na lei aponta para um museu de território, de âmbito regional, tendo a sua sede em Peso da Régua, e com estrutura polinuclear distribuída por toda a Região Demarcada do Douro. Vocacionado para a articulação programática e apoio a iniciativas museológicas diversas, públicas e privadas, já existentes ou a criar, de forma a estabelecer na região uma rede integrada, potenciadora

de iniciativas locais, pode, e deve, a meu ver, colaborar também activamente com iniciativas do sector do vinho do Porto, no Porto, em Gaia, ou mesmo noutros pontos do país ou do estrangeiro.

O Museu a criar deverá constituir uma estrutura integrada e dinâmica, vocacionada para a recolha, preservação, valorização, interpretação e divulgação do património histórico-cultural da Região Demarcada do Douro, especialmente o que se relaciona com a actividade vitivinícola. De acordo com o texto da Lei, competirá ao Museu do Douro: «a) *Reunir, identificar, investigar, preservar e exhibir ao público todas as fontes históricas e antropológicas, espirituais e materiais de todo o património cultural e natural da Região do Douro, em particular o ligado à produção, promoção e comercialização dos vinhos da Região do Douro, em especial do vinho generoso (vinho do Porto); b) Promover e apoiar em qualquer tipo de suporte, no país e no estrangeiro, a publicação, edição, realização e exibição de materiais e de estudos de carácter científico e/ou divulgativo da Região, do seu património, do Museu e das suas colecções; c) Promover exposições, congressos, conferências, seminários e outras actividades de carácter semelhante*»; a Lei prevê ainda a incorporação no Museu dos Arquivos das instituições reguladoras do vinho do Porto e da sua região produtora, nomeadamente o arquivo histórico da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, criada em 1756, e, eventualmente, os da Casa do Douro e do Instituto do Vinho do Porto, organismos criados, respectivamente, em 1932 e 1933.

7. Um Museu Regional deve ser hoje assumido como um vector de identidade e desenvolvimento, dando sentido a uma nova noção de património cultural, como valor de memória, mas também como valor de recurso, integrando a própria relação com o território e a participação activa das populações que aí vivem.

Nesta perspectiva, a diversidade e amplitude das atribuições do Museu da Região do Douro, «nas áreas da museografia, da investigação e da acção cultural», além da área de arquivos, e a sua associação à região produtora do vinho do Porto, ultrapassam muito o conceito tradicional de «Museu». Assumindo as características de uma infra-estrutura cultural polivalente, «com uma estrutura polinuclear distribuída por toda a Região do Douro», o Museu visa não só salvaguardar o vasto espólio museológico e documental disperso pela Região Demarcada do Douro mas também desempenhar um papel activo no desenvolvimento sócio-cultural da região, quer como lugar receptor de património móvel e de memória, quer como lugar de revalorização desse património, transformando-o em factor activo de auto-estima e recurso cultural.